

A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO CAMPO DE PESQUISA NA AMAZÔNIA: A REGIÃO NORTE EM QUESTÃO

THE EDUCATIONAL POLICY AS A FIELD OF RESEARCH IN THE AMAZON: THE NORTHERN REGION IN QUESTION

André Rodrigues Guimarães
(Universidade Federal do Amapá)

Fabíola Bouth Grello Kato
(Universidade Federal do Pará)

Ilma Barleta de Andrade
(Universidade Federal do Amapá)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a configuração do campo de pesquisa em política educacional na Amazônia a partir da atuação dos pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-graduação em Educação na região Norte do país. Em termos metodológicos, o estudo foi desenvolvido a partir da análise de documentos extraídos da Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas páginas eletrônicas dos Programas investigados e plataforma lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A análise realizada considerou três categorias: a formação, as temáticas de investigação e os projetos de pesquisas ativos. O caráter tardio e desigual da pesquisa e pós-graduação em nosso país também se manifesta na configuração do campo da política educacional. Evidencia-se que as pesquisas em políticas educacionais têm forte participação nos Programas de Pós-graduação em Educação da região, com investigações vinculadas à realidade amazônica. Identificou-se a vinculação de 59 pesquisadores nas linhas analisadas, sendo a ampla maioria com doutorado em Educação, com pesquisas majoritariamente integradas ao campo acadêmico da política educacional. Entretanto, também chama a atenção a heterogeneidade temática a qual pode dificultar a consolidação deste campo acadêmico na região. Em suma, aponta-se a necessidade de ampliação dos estudos sobre a produção científica e do diálogo entre os pesquisadores do campo investigado.

Palavras-chave: Política Educacional. Campo acadêmico. Região Norte. Pós-graduação em Educação.

Abstract: The objective of this article is to analyze the configuration of the field of research in educational policy in the Amazon based on the work of researchers linked to Postgraduate Programs in Education in the North of the country. In methodological terms, the study was developed based on the analysis of documents extracted from the Sucupira platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, on the electronic pages of the programs investigated and the Lattes platform of the National Council for Scientific and Technological Development. The analysis carried out considered three categories: training, research themes and active research projects. The late and unequal nature of research and postgraduate studies in our country are also manifested in the configuration of the field of educational policy. It is evident that the research on educational policies has a strong participation in the Postgraduate Programs in Education in the region, with investigations linked to the Amazonian reality. 59 researchers were identified in the lines analyzed, the vast majority of whom have a doctorate in Education, with research mostly integrated into the academic field of educational policy. However, the thematic heterogeneity also draws attention, which may hinder

the consolidation of this academic field in the region. In essence, the need to expand studies on scientific production and dialogue between researchers in the field investigated is highlighted.

Keywords: Educational politics. Academic field. North region. Postgraduate in Education.

Introdução

O presente artigo tem como objeto a política educacional como campo acadêmico. Analisamos especificamente sua configuração nos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) da região Norte do Brasil. O estudo decorre do projeto “Pesquisa em Educação na Amazônia: história, política, formação de professores e diversidade cultural”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Nacional Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia), Edital n. 21/2018-CAPES. Dentre os objetivos do projeto, destacamos os relacionados à materialização das políticas educacionais na região e à análise dos estudos realizados nesse campo acadêmico.

Mainardes (2018) destaca que a política educacional deve ser considerada como campo teórico e campo acadêmico. Conforme elucida Tello (2015), enquanto campo teórico, a política educacional se define a partir da perspectiva e do posicionamento epistemológico do pesquisador, vinculada à episteme de determinada época. Nesse sentido, “[...] não existem caracterizações universais para a política educacional como campo teórico e para seu objeto de estudo” (Tello, 2015, p. 140).

Como campo acadêmico específico e autônomo, a política educacional se encontra em permanente construção. O marco de sua legitimidade e estruturação no Brasil se dá a partir da década de 1960. Processo impulsionado pela institucionalização de associações profissionais e de pesquisa, programas de pós-graduação, periódicos, reuniões técnicas e científicas (Stremel; Mainardes, 2016). Esse movimento, em nossa perspectiva, apresenta assimetrias regionais, como resultado da formação econômica do país.

Para a definição de campo acadêmico, apropriamos- nos das ideias de Bourdieu (2003; 2004; 2005; 2008). Assim, consideramos três premissas centrais na produção do conhecimento científico. A primeira indica que todo conhecimento é sempre interessado, refutando qualquer perspectiva de neutralidade do pesquisador. A segunda aponta que a importância atribuída à produção de conhecimento, para além de interesse individuais, é também definida pela comunidade de pesquisadores do campo específico. A terceira implica na conceituação de campo:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades (Bourdieu, 2004, p. 27).

Com base nessas premissas, este artigo tem como objetivo analisar a configuração do campo acadêmico da política educacional na Amazônia a partir da atuação dos pesquisadores vinculados aos PPGE na região Norte do país. Para tanto, definimos três categorias centrais para investigação: a formação, as temáticas de investigação e os projetos de pesquisas ativos. Em termos metodológicos, o estudo foi desenvolvido a partir da análise de documentos (Shiroma; Campos; Garcia, 2005), em quatro etapas.

A primeira etapa, realizada em setembro de 2023, consistiu no levantamento dos PPGE da região Norte. A busca ocorreu na Plataforma Sucupira (CAPES), com a seleção de cursos avaliados e recomendados, com delimitação regional (Norte) e da área (Educação). Com base no objetivo da pesquisa, também definimos a modalidade dos Programas, selecionando apenas os acadêmicos. Com essas delimitações, identificamos 22 registros. Cabe destacar que os Programas em Rede apresentam registros em todas instituições vinculadas, desse modo, o Programa Educação na Amazônia apresentou 9 registros, em distintas universidades, sendo que para efeito da pesquisa, foi contabilizado 1 registro. Assim, alcançamos o número de 14 PPGE na região Norte.

A segunda etapa, realizada entre outubro e novembro de 2023, abarcou a identificação dos Programas que possuem a Linha de Política Educacional, explícita ou implícita, com levantamento de seus descritores. Essa busca foi realizada na Plataforma Sucupira e nas páginas eletrônicas dos próprios Programas. Chegamos ao número de 9 registros, porém definimos que a seleção deveria considerar apenas os Programas avaliados pela CAPES no quadriênio 2017-2020, sendo excluído 1 registro (do Programa Educação na Amazônia). Assim, delimitamos o quantitativo de 8 Programas para serem analisados.

A terceira etapa, desenvolvida entre fevereiro e março de 2024, caracterizou-se pela catalogação dos pesquisadores vinculados às linhas selecionadas. Inicialmente, consideramos o registro das páginas eletrônicas dos Programas, para identificação dos docentes vinculados. Em seguida, procedemos o levantamento de informações dos

currículos dos professores a partir da plataforma lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com foco nos seguintes indicadores: formação, temas de investigação e projeto de pesquisa ativos, para subsidiar a análise sobre a aderência do pesquisador à linha de pesquisa.

Na quarta e última etapa, desenvolvida entre março e junho de 2024, foi realizada a análise dos dados. Desse modo, a partir do diálogo com a literatura pertinente, desenvolvemos o presente artigo, o qual está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, discutimos a política educacional como campo acadêmico, com destaque para o necessário desenvolvimento de estudos que tenham como foco a reflexão sobre o próprio campo. Na seção seguinte, evidenciamos a configuração da pesquisa em tal campo a partir da constituição de Linhas específicas nos PGGE da região Norte. Na terceira seção, analisamos a atuação dos pesquisadores vinculados a tais Linhas e Programas, com destaque para seus processos formativos, temas e projetos de pesquisas.

Política Educacional como campo acadêmico

A institucionalização do campo acadêmico da política educacional no Brasil tem sua origem na década de 1960 (Stremel, 2016). Conforme Stremel e Mainardes (2018), essa constituição tem relação com três aspectos centrais. O primeiro diz respeito à criação da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE) em 1961. O segundo evidencia-se com a ampliação da utilização da própria denominação de política educacional (ou seu uso no plural) em trabalhos acadêmico-científicos. Já o terceiro relaciona-se ao processo de implantação da Pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, em 1965, particularmente a partir da criação do primeiro curso da área de Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), em 1966.

Para Krawczyk (2012), esse período, em função da articulação entre formação e produção de conhecimento, com o modelo implementado na instituição da Pós-graduação brasileira, pode ser caracterizado como o início da “escolarização da produção científica”. Desse modo, também a pesquisa em política educacional passa a ser produzida predominantemente nos Programas de Pós-graduação, inicialmente, como resposta às demandas estatais, pautada na concepção tecnicista de formação humana que buscava respostas operacionais para os problemas da má gestão do ensino no país (Santos; Azevedo, 2009). A partir da década de 1980, no contexto de ampliação da luta pela

redemocratização do Brasil, perspectivas teóricas críticas, como o marxismo, ganham espaço nos estudos do campo, com contraposições ao modelo tecnicista e compreensão mais ampla da política educacional (Krawczyk, 2012).

Nesse processo, conforme apontam Stremel e Mainardes (2018, p. 7), “[...] o marco explícito da institucionalização do campo dá-se na década de 1980 com a criação do Grupo de Trabalho (GT) 5 - Estado e Política Educacional (1986/1987) no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação [ANPEd]”. Os mesmos autores evidenciam que a partir da década seguinte amplia-se o espaço de institucionalização do campo, com ações como a criação de disciplinas, linhas e grupos de pesquisa. Com isso, a produção no campo tem se expandido e consolidado nacionalmente, sendo que, nesse processo de expansão do campo, conforme demonstram outros estudos, há questões que merecem maior preocupação de pesquisadores.

Azevedo e Aguiar (2001), em estudo sobre a produção do Grupo de Trabalho Estado e Política Educacional, GT 5 da ANPEd, demonstram que na década de 1990, a produção acadêmica já evidenciava a diversidade temática de estudos. Para as autoras, isso representava um aspecto problemático: a necessária consolidação de ferramentas analíticas do campo. Assim, ainda que seja fundamental para a consolidação das pesquisas em política educacional, contraditoriamente,

[...] a heterogeneidade da produção tende a impossibilitar uma acumulação de conhecimentos que venha a expressar a presença de “um programa de pesquisa”, a partir do qual a comunidade concernente, em estreita interação, possa desenvolver e aprimorar procedimentos teórico-metodológicos com maior grau de consistência e com melhor grau de delimitação (Azevedo; Aguiar, 2001, p. 66).

Souza (2014) também desenvolveu estudo para analisar os trabalhos do GT 5 da ANPEd. Sua investigação considerou os trabalhos aprovados e publicados no período de 2000 a 2011. Dentre as premissas levantadas pelo autor, destacamos a identificação da ausência de consenso sobre o objeto (ou objetos) de investigação do campo. “A maior evidência disto advém da diversidade de temas que são tratados nos trabalhos publicados/apresentados nos espaços acadêmicos do campo em tela” (Souza, 2014, p. 355). Em relação à forma como os pesquisadores têm tratado os objetos de estudos, Souza (2014) evidencia certo equilíbrio entre os estudos empíricos, os teóricos e os considerados mistos, mas aponta que há uma questão problemática: a ausência de articulação entre as

pesquisas empíricas com bases teóricas consolidadas, bem como a relação com outros estudos equivalentes, particularmente no âmbito internacional.

Em nossa compreensão, a configuração do campo de pesquisa em política educacional encontra identidade na própria concepção de política pública. Tomamos aqui como fundamento que a pesquisa em política educacional tem como pano de fundo as recentes transformações e interrelações entre Estado, nação, mercado e educação. Uma de suas especificidades é tomá-la em sua relação com o Estado, em que se “[...] privilegiam teórico-metodologicamente de forma acentuada, a abordagem da educação na sua dimensão de política estatal” (Schneider, 2014, p.9).

As pesquisas sobre políticas sociais se referem às ações do Estado que determinam o padrão de redistribuição dos benefícios sociais para a diminuição das desigualdades estruturais no contexto do capitalismo. As políticas sociais, portanto, teriam suas raízes, segundo a autora, fincadas nos movimentos populares do século XIX, e voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no contexto das primeiras revoluções industriais. Para Hofling (2001, p. 31):

[...] Nestes termos, entendo educação como uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo.

Em suas reflexões, Souza (2016) também aponta que a pesquisa em políticas educacionais considera centralmente a ação do Estado no atendimento das demandas sociais por educação, ou mesmo na negação deste. As análises de Hofling (2001) e Souza (2016) nos auxiliam na demarcação desse campo de investigação. Desse modo, as investigações em políticas públicas sociais de corte educacional têm o objetivo de compreender as relações operadas entre Estado e sociedade, tendo como foco a educação e fundamento, a educação como um campo de direito público, universal, laico, pois suas raízes têm relação nos conflitos históricos entre capital-trabalho. Não é possível analisar qualquer objeto no campo da política educacional apartado do Estado, da economia, da sociedade e das lutas de classe. Logo estudos no campo da política educacional devem

centralmente explicar os objetos numa perspectiva de inter-relação entre educação e Estado, política, economia e sociedade.

Isto posto, tem-se que uma das especificidades da pesquisa em política educacional consiste em tomá-la em sua relação com o Estado e no papel por ele assumido quanto à educação, em diferentes contextos históricos. Porquanto resultam de processos complexos de negociação, compreendem diferentes níveis do processo educacional – desde governos, escolas, professores, até pais, alunos e comunidade em geral –, pesquisas em políticas educacionais associam a produção de dispositivos legais, mas também a produção de documentos e o [...] logo, as políticas educacionais devem ser concebidas tanto como produto quanto como processo (Schneider, 2014, p. 10-11).

As investigações como as desenvolvidas por Azevedo e Aguiar (2001), Krawczyk (2012), Schneider (2014) e Souza (2014) identificam possíveis problemas e limitações na produção acadêmica e temática deste campo. Ao mesmo tempo, os estudos apontam as dificuldades de identidade e conseqüente incongruências no campo de investigação da política educacional. Tais reflexões nos instigam a refletir sobre a consolidação de tal campo no âmbito da região amazônica, em particular nos PPGE da região Norte que possuem como uma de suas linhas de pesquisa a política educacional.

A pesquisa em política educacional nos PPGE da região Norte

Nessa seção, buscamos apresentar e discutir o campo da política educacional nos PPGE localizados na região Norte do país a partir das linhas de pesquisa, com o intuito de identificar os PPGE que desenvolvem investigações neste campo. Com os dados levantados, identificamos 14 PPGE em funcionamento na região. Importa detalhar que 8 destes Programas oferecem somente mestrado, 5 oferecem mestrado e doutorado e apenas 1 oferece somente doutorado.

A distribuição dos Programas nos 7 estados da região Norte se dá da seguinte maneira: O Pará é o estado que possui o maior quantitativo de Programas (5), seguido do Amazonas (2) e Roraima (2), os demais estados, Amapá, Tocantins, Acre e Rondônia possuem 1 Programa cada. A região Norte também oferece 1 Curso de Doutorado em Rede (PA, AP, RO, RR, TO e AM).

Para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, selecionamos os 8 Programas que atenderam aos seguintes critérios: a) possuir linha de pesquisa em Política Educacional e, b) ter participado da avaliação quadrienal 2017-2020 da CAPES. Assim,

o Programa Educação na Amazônia, com funcionamento em rede, criado em 2020, não atendeu os critérios de inclusão. Dessa forma, foram selecionados 7 Programas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – PPGE da região Norte do Brasil incluídos na pesquisa.

Programa	Ano	IES	UF	Curso	Linha de Pesquisa
Educação	1987	UFAM	AM	ME/DO	Educação, Estado e Sociedade na Amazônia
Educação	2003	UFPA	PA	ME/DO	Políticas Públicas Educacionais
Educação	2010	UNIR	RO	ME	Políticas e Gestão Educacional
Educação	2012	UFAC	AC	ME	Políticas e Gestão Educacional
Educação	2012	UFT	TO	ME	Estado, Sociedade e Práticas Educativas
Educação	2014	UFOPA	PA	ME/DO	História, Política e Gestão Educacional na Amazônia
Educação e Cultura	2014	UFPA	PA	ME	Políticas e Sociedades
Educação	2017	UNIFAP	AP	ME/DO	Políticas Educacionais

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

A partir das informações do quadro, é possível dizer que a política educacional está presente como linha de pesquisa nos PPGE de todos os estados da região Norte, desde os Programas constituídos há mais de três décadas, como é o caso do Programa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), até o mais recente, pelos critérios estabelecidos na pesquisa, como é o caso do PPGED da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Notadamente, podemos inferir que estão em franca expansão e consolidação as pesquisas nesse campo no Norte do país, majoritariamente nos cursos de Mestrado e em 4 cursos de Doutorado. A concentração dos Programas com Mestrado e Doutorado que possuem a linha de pesquisa em política educacional está nos maiores estados em termos populacionais e territoriais da região Norte, são o Pará e Amazonas.

Com efeito, a institucionalização da política educacional como campo acadêmico tem sido notória por meio dos programas de pós-graduação em educação da região Norte. Assertiva que reforça a construção e consolidação do campo na dinâmica contextual e histórica do próprio avanço da pesquisa em educação (Stremel; Mainardes, 2016).

Sobre a nomenclatura da linha pesquisa, foi possível identificar uma multiplicidade de denominações, inclusive com a aglutinação de outros campos do conhecimento da área da educação ou de outras áreas. Essa característica presente na região Norte pode expressar o que Bourdieu (2008) denominou de *habitus* dos

pertencentes ao campo acadêmico, ou seja, o modo estabelecido de desenvolver as pesquisas em política educacional.

Assim, foi observada a interseção com outros campos do conhecimento no PPGE da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) “História, Política e Gestão Educacional na Amazônia”, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) “Estado, Sociedade e Práticas Educativas” e da Universidade Federal do Pará (UFPA) “Políticas e Sociedades”. Com a explicitação de abordagem do próprio campo das políticas educacionais, foi notória na linha “Política e Gestão Educacional”, do PPGE da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Acre (UFAC); também notamos uma linha de pesquisa que não indica diretamente o campo da política educacional na nomenclatura, trata-se do Programa da UFAM quando apresentada “Educação, Estado e Sociedade na Amazônia”; foi ainda possível notar 2 PPGE que explicitam na nomenclatura o campo do conhecimento, nesse caso está o PPGE da UNIFAP “Políticas Educacionais” e o PPGE da UFPA “Políticas Públicas Educacionais”.

Para melhor compreensão da configuração das linhas de pesquisa, apresentamos a seguir quadro com as ementas:

Quadro 2 – Ementa das linhas de pesquisa em política educacional dos PPGE da Região Norte.

IES	Linha	Ementa
UFAM	Educação, Estado e Sociedade na Amazônia	A linha busca pesquisar as relações entre Estado e Sociedade Civil nos processos e lutas sociais para a construção, execução e avaliação das políticas públicas educacionais nas diversas perspectivas históricas, epistemológicas e sociais. Aborda os contextos escolares e não-escolares e os distintos níveis e modalidades de educação e ensino. Centra-se no contexto amazônico, tomando-o à análise em suas especificidades e correlações regionais, nacionais e internacionais.
UFPA	Políticas Públicas Educacionais	Contempla estudos sobre as ações do Estado e da sociedade voltados para a educação, especialmente os pressupostos que fundamentam as políticas públicas educacionais em suas fontes autorais, diretrizes, estratégias organizacionais, financiamento e políticas de gestão educacional destinadas aos diferentes níveis e modalidades do sistema educacional; as políticas das reformas educativas enquanto

		formas de organização e regulação social e investigações sobre práticas da sociedade civil e dos movimentos sociais relacionados à educação.
UNIR	Políticas e Gestão Educacional	Investigar as articulações estruturais entre política e educação, a partir dos determinantes sociais e históricos. Avaliar os impactos das políticas educacionais vigentes. Investigar os processos de gestão e avaliação das políticas públicas e privadas na perspectiva de subsidiar propostas de trabalho junto às diferentes organizações públicas e privadas.
UFAC	Políticas e Gestão Educacional	Esta linha de pesquisa prioriza estudos acerca da relação Estado e Sociedade no que se refere à definição, implantação, desenvolvimento e avaliação de políticas educacionais e seus impactos nos processos de organização, financiamento e desenvolvimento dos sistemas de ensino com ênfase na gestão da educação. Investiga em perspectiva sócio-histórica a organização e institucionalização da educação escolar no contexto local e regional.
UFT	Estado, Sociedade e Práticas Educativas	Pesquisa a educação como política pública na tensão entre Estado e sociedade e as práticas educativas na perspectiva histórica, sua dimensão processual do ensinar e aprender na sociedade contemporânea.
UFOPA	História, Política e Gestão Educacional na Amazônia	Tematiza a história, a política e a gestão da Educação, com ênfase na realidade e na diversidade da região amazônica, mediante: 1. Pesquisas centradas na educação escolar na perspectiva histórica; 2. Investigações e análises de aspectos constitutivos das políticas públicas e das formas de organização e gestão educacional em espaços escolares; 3. Pesquisas que examinam os processos de aquisição, implementação e avaliação das ações educacionais, tendo em vista as especificidades da Amazônia; 4. Pesquisas sobre políticas de formação de professores e desenvolvimento profissional docente no contexto amazônico.
UFPA	Políticas e Sociedades	Desenvolve estudos sobre políticas de formação de professores, currículo, avaliação, gestão e financiamento da educação básica e superior. Investiga a relação trabalho e educação, estudos históricos na Amazônia, educação do campo, movimentos sociais, práticas socioeducativas e culturais em escolas da cidade e do campo na Amazônia. Analisa as políticas de inclusão, formação

		docente, tecnologias educacionais e digitais e seus usos na educação.
UNIFAP	Políticas Educacionais	Estudos e pesquisas sobre políticas públicas educacionais e planejamento sócio-pedagógico formais e não formais. Abordagem e avaliação de políticas, programas e projetos educativos, considerando o papel do Estado, dos movimentos sociais, das ações governamentais e da articulação com outros atores sociais. Análise da política educacional e seus condicionantes e implicações históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais e regionais.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

Pelos dados levantados, depreendeu-se então uma diversidade de abordagens presentes nas ementas dos PPGE. Essa diversidade pode representar a pluralidade presente na busca pela constituição do campo acadêmico de investigação da política educacional na região. É possível notar, também, que as ações do Estado (políticas públicas) e sociedade civil estão presentes nas ementas das linhas de pesquisa, alcançando centralidade na maioria dos PPGE (UFAM, UNIR, UFPA, UFAC, UFT e UNIFAP). Outro aspecto importante identificado na pesquisa é a questão da ênfase local e regional, ou seja, o território amazônico. Marcador presente na maioria das ementas das linhas de pesquisa (UFAM, UFAC, UFOPA, UFPA e UNIFAP), o que pode potencializar a compreensão do contexto em que os PPGE estão inseridos.

Pelas ementas analisadas, podemos dizer ainda que na região Norte, os PPGE abordam diferentes aspectos da política educacional. Assim, conflui-se na direção do que aponta Mainardes (2018, p. 189): “[...]a análise do processo de formulação de políticas; o conteúdo propriamente dito da política ou do programa (discurso da política); os processos de implementação, tradução e interpretação da política ou programa no contexto da prática (escolas, salas de aula, etc.)”. Para identificação dessa tendência, é necessário analisarmos a formação, as temáticas de interesses e os projetos de pesquisas dos pesquisadores vinculados a tais PPGE.

Pesquisadores de Política Educacional: formação, temáticas de investigação e projetos de pesquisas

Nesta seção, apresentaremos o mapeamento do que os pesquisadores vinculados aos PPGE selecionados têm priorizado em suas investigações enquanto temas/objetos de

interesse. Objetivamos avançar na resposta à pergunta central da investigação proposta neste artigo: como se configura o campo da pesquisa em política educacional na região Norte?

Essa configuração, para efeito deste trabalho, foi analisada a partir da caracterização do professor/pesquisador que se vincula a esses programas, com foco específico em três eixos: a formação desse pesquisador, as suas temáticas de investigação e, em complemento, os objetos dos seus projetos de pesquisa. Metodologicamente, a investigação realizou um levantamento, a partir da leitura do currículo lattes de cada um dos professores, sobre sua formação, os projetos ativos¹ e os campos de interesse de pesquisa.

É oportuno avaliar que se trata de uma análise introdutória, por não apresentar nessas análises dados mais complexos como o referencial teórico-metodológico, entre outros elementos que nos permitiriam um aprofundamento temático e epistemológico do campo. No limite deste trabalho, este detalhamento e aprofundamento será objeto oportunamente de outro artigo.

A partir da seleção de 8 PPGE da Região Norte do Brasil, a metodologia que embasou os dados que aqui serão apresentados, procedeu da análise do Currículo Lattes, extraído diretamente da plataforma lattes localizada na página do CNPq, tendo sido consultado o currículo de cada pesquisador vinculado aos PPGE envolvidos na pesquisa, na linha de pesquisa em política educacional, com o objetivo de avaliar a aderência temática dos pesquisadores nas linhas de pesquisas vinculadas.

No total, nos 8 Programas analisados, 59 professores² estão vinculados às linhas pesquisas em política educacional. O perfil de formação desses docentes é predominantemente de pesquisadores que possuem doutorado na área de concentração educação, representando 50 professores, ou 85% da totalidade. Isso evidencia formação teórico-metodológica com o objeto no campo específico da educação. Os outros 9 docentes (15%) têm doutorados em outras áreas do conhecimento científico. O quadro abaixo detalha essa distribuição.

¹ Tendo como referência temporal o quadriênio da CAPES em curso (2021-2024).

² Foram contabilizados o montante de 62 docentes vinculados a linha de políticas públicas educacionais, entretanto, 3 docentes atuam em mais de um Programa. Assim, foi feita a exclusão das repetições e o montante real é de 59 professores.

Quadro 3 – Área temática de formação dos pesquisadores das linhas de pesquisa em política educacional dos PPGE da Região Norte.

Área Temática	Quantidade
Educação	50
História	4
Estatística e Experimentação Agrônoma	1
Comunicação e Semiótica	1
Ciência do Movimento Humano	1
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1
Psicologia	1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda que seja reduzido o número de pesquisadores formados em outras áreas, distintas da educação, é preciso analisarmos essa situação. Ainda que a formação não seja um elemento determinante do campo de pesquisa, ela tende a exercer grande influência nas temáticas de investigação. No quadro 3, observamos que há pesquisadores formados em área afim que também têm relação com o campo da política educacional, a História. Entretanto, há docentes formados em áreas não correlatas, inclusive sem ter relação com o campo acadêmico em questão, como Estatística e Experimentação Agrônoma e Ciência do Movimento Humano.

Ainda no indicador formação, buscamos identificar o ano de conclusão do doutoramento dos pesquisadores. De acordo com o exposto no quadro abaixo, 66% dos professores que hoje compõe as linhas de políticas educacionais defenderam seu doutorado no decênio 2011-2020. Outros 30% concluíram no decênio 2001-2010. Esses dados indicam a formação doutoral tardia dos docentes das universidades da região Norte, que têm repercussões diretas no fortalecimento tardio da pesquisa e da pós-graduação da região. Essa formação doutoral tardia é bem expressa na criação desses programas: 1 programa em 1983, 1 Programa em 2003, sendo que somente entre os anos de 2010-2017, foram criados outros 6 PPGE na região com a linha de política educacional.

Quadro 4 – Período de conclusão do doutorado dos pesquisadores das linhas de pesquisa em política educacional dos PPGE da Região Norte.

Período de conclusão	Quantidade
Até 1999	1
Entre 2001-2010	18
Entre 2011-2020	39
Em 2021	1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

Os dados demonstram que são “jovens doutores” os principais integrantes do quadro de pesquisadores de políticas educacionais nos PPGE na região. Tomando esta classificação de Ferreira e Silva Júnior (2016), a partir do ano de 2004 se inicia um processo de consolidação do chamado modelo Capes de avaliação (Sguissardi; Silva Júnior, 2009), induzido por meio de políticas públicas, via editais de agências de fomento como Capes e CNPq, de estímulo a novos doutores como as bolsas disponibilizadas pelo Programa Nacional de Pós- Doutorado-PNPD e o Programa Recém-Doutor.

A estes recém-doutores denominou-se de professores jovens doutores, para referenciar aqueles que se titularam e seguiram a carreira de docente pesquisador na última década. Trata-se de um momento marcado pelo processo de mudança da pós-graduação, a qual consolida um novo processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação, em 1998, quando são iniciados períodos trienais de avaliação (1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009; 2010-2012). Por entender que toda política necessita de um processo de implementação e maturação de um novo ordenamento, 2004 marca o início do terceiro triênio de avaliação, tempo em que todos os Programas se ajustariam, em tese, às novas regras de produção e de coleta de dados, sendo o ano referencial para esse estudo. O que se passou a observar é que os jovens doutores se tornaram um ponto importante para as políticas de educação superior no país (Ferreira; Silva Júnior, 2016, p. 122).

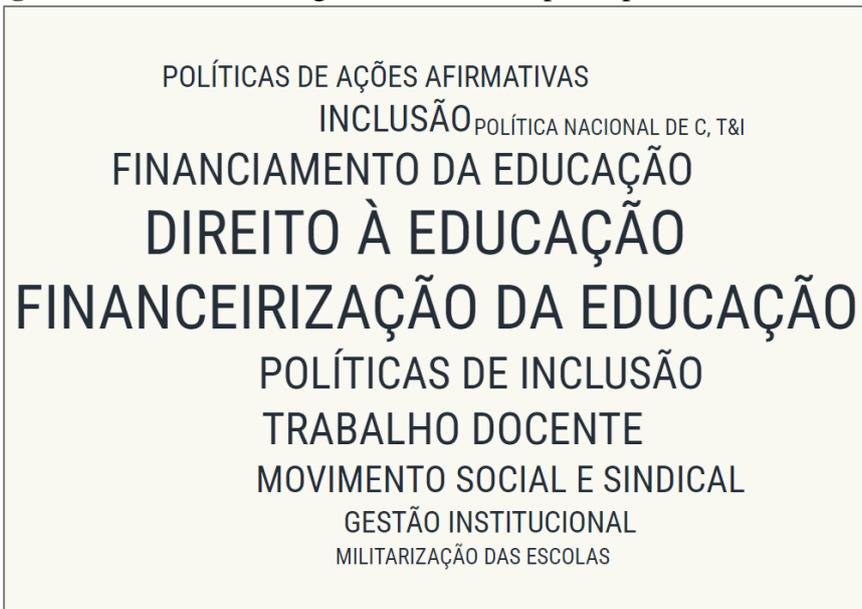
Em complemento a essa análise, se levarmos em consideração a data de criação dos programas na Região Norte, notamos claramente que, com exceção do Programa da UFAM criado em 1987, todos os demais Programas foram criados a partir do ano 2000, sendo o PPGED/UFPA em 2003 e os demais entre os anos de 2010 a 2017. Esses dados são relevantes porque demonstram duas características essenciais para analisar o campo da configuração da Pós-graduação em Educação na região Amazônica: em primeiro lugar, o caráter tardio da criação de Programas de Mestrado e Doutorado na Região Norte, e em complemento, a importância dos Programas da Região para a criação de novos programas. Isso fica muito evidente quando analisamos a formação dos professores dos PPGED/UNIFAP, criado em 2017, e do PPGEDUC/UFPA, criado em 2014. Parte do corpo docente desses programas é formado pelos egressos do PPGED/UFPA. No caso do PPGEDUC, dos 10 professores credenciados na linha de política educacional, 7 são egressos do PPGED/UFPA; em relação ao PPGED/UNIFAP, 3 professores dos 9 que atuam na linha de Política educacional são egressos do PPGED/UFPA.

Outro eixo que aqui queremos apresentar são os objetos de estudo dos professores credenciados junto aos PPGE, nas linhas de política educacional da região

Norte. O primeiro destaque que fazemos é que grande parte dos objetos desses estudos focam no contexto amazônico e as temáticas envolvem a avaliação de políticas nos contextos regionais ou locais da região. A produção acadêmica, sob a forma da temática dos projetos de pesquisas no campo da política educacional, levantados a partir do currículo lattes desses professores, apresentou como temáticas principais: Estado, neoliberalismo e reformas educacionais; O direito à educação; Políticas de ações afirmativas e de inclusão social; Movimento social e sindical; Política de Formação de Professores; Financiamento da educação (nas mais variadas modalidades, níveis e rubricas); Carreira, remuneração e custo-aluno; Trabalho docente; Financeirização da educação Básica e superior, as relações entre o público e privado na educação; Políticas ou programas específicos (Programa de militarização nas escolas; formação de professores; etc.), política de internacionalização da educação e política de avaliação em larga escala.

O conjunto temático apresentado privilegia a abordagem da educação na dimensão de política pública estatal e tem forte relação de identidade com a concepção de pesquisa em política educacional que sustenta o presente estudo. As temáticas investigativas representam parte da forma que se tem hoje em termos da configuração do campo acadêmico da linha políticas educacionais. Isso envolve, também, a discussão teórica em política tendo como núcleo central a relação Estado, economia e política educacional, o fortalecimento de políticas setoriais e de ações afirmativas na política educacional, novas feições da relação público-privado, a financeirização da educação básica e superior, as discussões sobre trabalho docente, os programas como o novo ensino médio e a militarização da escola. Evidencia-se uma relação das pautas temáticas com as políticas discutidas, aprovadas e desenvolvidas na atualidade, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Temas convergentes com o campo da política educacional.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

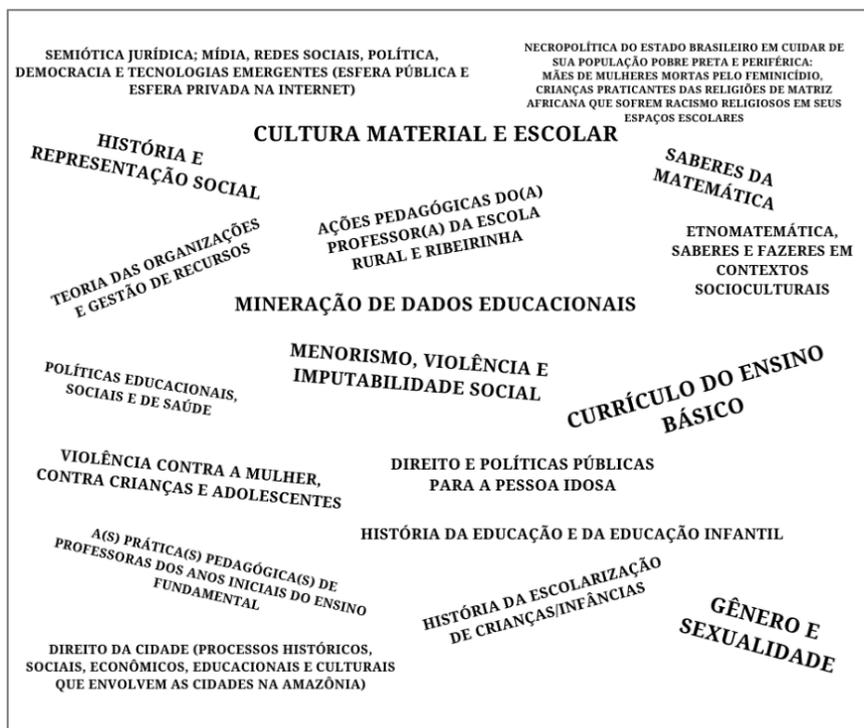
Em complemento a esses estudos que consideramos convergentes ao campo da pesquisa em política pública, outras temáticas/objetos de estudos dos professores vinculados à linha de política educacional apresenta maior distanciamento em relação ao campo teórico e epistemológico do campo acadêmico. Conforme Souza (2014), a diversidade de temas já se apresenta como um traço de identidade, mas isso pode também implicar em uma dispersão analítica e desvio do campo acadêmico em questão.

Destacamos aqui algumas dessas temáticas encontradas nas áreas de interesse e nos projetos de pesquisas desses pesquisadores: História da Escolarização de Crianças/Infâncias; Memórias, Cultura Material e Imaterial da Escola; Ações Pedagógicas do(a) Professor(a) da Escola Rural e Ribeirinha; Direito da Cidade (Processos históricos, sociais, econômicos, educacionais e culturais que envolvem as cidades na Amazônia); História e representação social; Gênero e Sexualidade; a(s) prática(s) pedagógica(s) de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental; Violência contra a Mulher; contra crianças e adolescentes; História da Educação e da educação infantil; Etnomatemática, saberes e fazeres em contextos socioculturais; as relações campo-cidade e fenômeno da urbanização na Amazônia; Comunicação e Direito Alimentar; Semiótica Jurídica; Mídia, Redes Sociais, Política, Democracia e Tecnologias emergentes (esfera pública e esfera privada na Internet); necropolítica do Estado brasileiro em cuidar de sua população pobre, preta e periférica: mães de mulheres mortas pelo feminicídio; crianças praticantes das religiões de matriz africana que sofrem em seus

espaços escolares; educação musical, bandas e fanfarras, percussão sinfônica, Mor de Comando e pelotão de bandeiras.

Conforme demonstrado na figura 2, o foco central desses estudos não é o olhar da política educacional como política pública. Assim indicam não articular diretamente como foco central de análise, a inter-relação entre Estado, sociedade, educação. Aventamos a hipótese de que parte dessa limitação se deve à aglutinação de pesquisadores com formação e interesses temáticos em outras áreas do conhecimento científico, induzindo a pulverização temática. Em complemento, destacamos também a expressão tardia da consolidação da pesquisa e da pós-graduação em educação na Região Norte do país, muito bem expressa nas políticas de investimento e indução da pós-graduação na região.

Figura 2 – Temas divergentes com o campo da política educacional.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda que no debate mais amplo identifiquemos a ausência de consenso sobre o objeto de investigação do campo, conforme já demarcado por Souza (2014), faz-se necessário refletirmos sobre como temas tão dispersos podem ser incluídos nas investigações em política educacional. Em nossa perspectiva, a heterogeneidade temática, quando se mantém vinculada ao campo da política educacional é fundamental para o próprio avanço do campo. Entretanto, quando a pulverização abarca temas fora do escopo

da política educacional, conforme demonstrada na figura 2, dificulta-se o aprimoramento teórico-metodológico, bem como a identidade da pesquisa em tal campo acadêmico.

Considerações finais

A constituição da pesquisa em política educacional enquanto campo acadêmico é um processo dialético e permanente. No Brasil, a origem desse movimento tem sua demarcação na década de 1960, como conjugação de mediações diversas, com destaque para a criação da ANPAE, a ampliação da produção de trabalhos acadêmico-científicos e a implantação da Pós-graduação *stricto sensu*. Ao longo deste processo, a reflexão sobre o próprio campo, a partir a análise crítica da produção acadêmica, considerando seus fundamentos teóricos, epistemológicos, metodológicos e tendências temáticas, apresenta-se como indispensável.

Em tal movimento, é também necessário considerar o caráter tardio e desigual da pesquisa e pós-graduação em nosso país. Enquanto os primeiros PPGE do país surgem na segunda metade dos anos 1960, somente duas décadas depois foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação na região Norte do Brasil, na UFAM, em 1987, e o segundo, na UFPA, já nasceu no século seguinte, em 2003. Até 2010, esses foram os dois únicos Programas com a Linha de Política Educacional na região, situação alterada entre 2010 e 2020 com outros 7 novos PPGE acadêmicos com tal Linha.

Na presente investigação, evidenciamos que as pesquisas em políticas educacionais têm forte participação nos Programas de Pós-graduação em Educação da região. No total de 14 programas, 9 possuem linha de pesquisa específica que abarca tal campo. Outro aspecto que merece destaque é a forte presença da realidade amazônica na definição dos descritores das Linhas. Isso demonstra a contribuição de pesquisadores para a compreensão e intervenção na realidade educacional, particularmente na busca pela ampliação do direito à educação na região.

O estudo também permitiu o mapeamento de pesquisadores e projetos de pesquisas. Nos 8 PPGE analisados, identificamos a vinculação de 59 pesquisadores, sendo 3 com atuação em 2 Programas da região. Vimos que a formação doutoral da ampla maioria destes é na própria área da Educação (50), seguido de áreas afins (5) e outros formados em áreas distantes do campo da política educacional (4).

Em relação aos projetos de pesquisa e temáticas de investigação desses pesquisadores, percebemos que majoritariamente estão vinculados ao campo acadêmico

da política educacional. Entretanto, também chama a atenção a heterogeneidade temática a qual pode dificultar a consolidação deste campo acadêmico na região. Há, como demonstramos, instigações que estão fora do campo da política educacional.

Tais questões apontam para a necessidade de ampliação dos estudos sobre a produção científica e do diálogo entre os pesquisadores do campo da política educacional na região. Esse movimento deve ainda promover a articulação com outros pesquisadores, nacionais e estrangeiros, como mecanismo fundamental para consolidação deste campo acadêmico nos PPGE do Norte do Brasil.

Referências

AZEVEDO, Janete Maria Lins; AGUIAR, Márcia Ângela. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 77, p. 49-70, dez. 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003. p. 112-143.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. 6ª ed. Campinas: Papyrus, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Cidade do México: Siglo, 2008.

FERREIRA, Luciana Rodrigues; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. A produção científica do professor-pesquisador jovem-doutor. **Trabalho Necessário**, Niterói. ano 14, n. 23, p. 118-143, 2016.

HOFLING, Heloisa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], n. 12, p. 3-11, jul./dez. 2012.

MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **LAPLAGE em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan./abr. 2018.

SANTOS, Ana Lúcia Felix; AZEVEDO, Janete Maria Lins. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Rev. educ.**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2014.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas Federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. A emergência do campo acadêmico da política educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 115-138, jan./jun. 2016.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: aspectos históricos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 26, n. 168, p. 1-22, dez. 2018.

TELLO, César Gerónimo. O campo teórico da política educacional: modelos, abordagens e objetos de estudo. **Revista de Ciências Humanas – Educação**, [S. l.], v. 16, n. 26, p. 140-158, jul. 2015.